

Apresentação

Hoje, um dos principais desafios dos países em desenvolvimento é definir e implementar estratégias efetivas para a prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis (DANT). Esses agravos passaram a predominar nas estatísticas de saúde, constituindo problemas emergentes nos países em desenvolvimento e nos grupos sociais mais pobres, representando gastos em tratamento ambulatorial, internações hospitalares e reabilitação pelo Sistema Único de Saúde. No Brasil, as doenças cardiovasculares, o câncer, as causas externas e o diabetes representam 55,2% do total de causas de óbito.

Os países desenvolvidos têm dado demonstrações práticas do potencial que o poder público tem para alterar o curso dessas doenças, priorizando o controle de comportamentos de risco. Ações de prevenção primária e detecção precoce de doenças são capazes de reduzir a mortalidade, melhorar o prognóstico e qualidade de vida dos doentes, apresentando uma relação custo/benefício muito favorável. O planejamento e implementação de políticas de saúde, como ação estratégica e indispensável nesta área, requerem a estruturação de sistemas de vigilância de fatores de risco.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) está envolvida no esforço mundial de priorizar a vigilância das doenças não transmissíveis, com foco nos principais fatores de risco tais como o tabagismo, a hipertensão arterial, a alimentação inadequada, a obesidade, o sedentarismo, entre outros. Iniciativas importantes, como o Projeto *Mega Countries* da OMS, propõem o estabelecimento de sistemas de vigilância das DANT nos países que dele participam.

No Brasil, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo várias ações programáticas, que têm por objetivo prevenir e controlar as DANT. Entre elas encontram-se o Programa Nacional de Controle do Tabagismo e o Programa Viva Mulher (rastreamento de câncer do colo do útero e de mama), coordenados pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), bem como ações programáticas orientadas para o controle de outros fatores de risco como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Agita Brasil, Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus, entre outros.

A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde desenvolve ações de prevenção das DANT, liderando o processo de estruturação de um Sistema Nacional de Vigilância das DANT (SISDANT) que permitirá contar com sistemas de informações sobre esses comportamentos de risco, bem como sobre as prevalências dos principais agravos que se incluem neste grupo.

O Instituto Nacional de Câncer, órgão do governo federal vinculado à Secretaria de Assistência à Saúde (SAS) do Ministério da Saúde, é responsável pela formulação da Política Nacional de Controle do Câncer e pela implantação e coordenação de programas e iniciativas

de melhoria da assistência médica, prevenção, controle e vigilância do câncer em todos os estados brasileiros. Como parte deste processo, e decorrente da percepção institucional sobre a relevância da produção de informações atuais e de qualidade, o INCA, através da Coordenação de Prevenção e Vigilância (Conprev) criou, em 1999, o Programa Nacional de Avaliação e Vigilância do Câncer e seus Fatores de Risco (PAV).

No contexto de uma cooperação entre a SVS e o INCA, com a participação das Secretarias de Estado de Saúde, foi realizado o *Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos não Transmissíveis* em 15 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Esse Inquérito servirá como linha de base de informação para a constituição do SISDANT e para o fortalecimento de redes nacionais de vigilância das doenças e agravos não transmissíveis.

Jarbas Barbosa da Silva Júnior

Secretário de Vigilância em Saúde

José Gomes Temporão

Diretor do Instituto Nacional de Câncer